

A cobertura das eleições 2020 nos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*: aspectos do jornalismo alternativo feminista¹

Cobertura de las elecciones 2020 en los
portales *Catarinas* y *Gênero e Número*:
aspectos del periodismo alternativo feminista

Coverage of the 2020 elections in the portals
Catarinas and *Gênero e Número*: aspects of
alternative feminist journalism

JAQUELINE ANDRIOLLI SILVA², KARINA JANZ
WOITOWICZ³

Resumo: Ao refletir sobre as desigualdades que se revelam na participação das mulheres no campo da política, o artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística realizada pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*, identificando um diferencial no modo de pautar e visibilizar as mulheres na disputa eleitoral de 2020. Com base na perspectiva metodológica da análise de conteúdo, articulada com as especificidades da produção jornalística com perspectiva de gênero, foram observadas 26 publicações no portal *Catarinas* e 23 no *Gênero e Número*, a partir dos seguintes critérios: presença de candidaturas femininas, cobertura da violência política de gênero e temas predominantes. Os resultados evidenciam o papel do jornalismo alternativo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

¹ Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no evento 7º Colóquio Mulher e Sociedade da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2021.

² Mestranda em Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista pela CAPES. Integra o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero.

³ Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

Palavra-chave: Portais feministas; Política; Mulheres; Disputa eleitoral.

Resumen: Reflexionando sobre las desigualdades que se revelan en la participación de las mujeres en el campo de la política, el artículo presenta un análisis de la cobertura periodística realizada por los portales *Catarinas* y *Gênero e Número*, identificando un diferencial en la forma de guiar y visualizar a las mujeres en la contienda electoral de 2020. Con base en la perspectiva metodológica de análisis de contenido, articulada con las especificidades de la producción periodística con perspectiva de género, se observaron 26 publicaciones en el portal *Catarinas* y 23 en *Gênero e Número*, a partir de los siguientes criterios: presencia de candidatas, cobertura de violencia política de género y temas predominantes. Los resultados muestran el papel del periodismo alternativo feminista en la proyección de las candidaturas de las mujeres y en la defensa de la expansión de la democracia con la inserción de las mujeres en los espacios de representación.

Palabras clave: Portales feministas; Política; Mujeres; Disputa electoral.

Abstract: Reflecting on the inequalities that are revealed in the participation of women in the field of politics, the article presents an analysis of the journalistic coverage carried out by the *Catarinas* and *Gênero e Número* portals, identifying a differential in the way of guiding and visualizing women in the 2020 election contest. Based on the methodological perspective of content analysis, articulated with the specificities of journalistic production with a gender perspective, 26 publications were observed in the *Portal Catarinas* and 23 in *Gênero e Número*, based on the following criteria: presence of female candidates, coverage of violence gender politics and predominant themes. The results show the role of feminist alternative journalism in the projection of women's candidacies and in defending the expansion of democracy with the insertion of women in the spaces of representation.

Keywords: Feminist portals; Politics; Women; Electoral dispute.

Introdução

A desigualdade de gênero em termos de representação política, associada aos ataques recorrentes que as mulheres que ocupam espaços nas instâncias de poder enfrentam, evidenciam que o campo político é marcado por lógicas hegemônicas excludentes. A disputa eleitoral de 2020 indica, por um lado, a permanência de espaços de poder dominados por homens brancos e heterossexuais nas prefeituras e nas Câmaras de Vereadores da maior parte das cidades brasileiras; por outro, sinaliza para uma maior presença de

transexuais, mulheres negras e indígenas, que conquistaram votações expressivas em diversos municípios, ampliando a representatividade das minorias.⁴

Os portais de notícias alternativos com enfoque em gênero e raça aparecem como uma forma de ampliar o debate público e inserir pautas que não são consideradas pelos veículos tradicionais. O alternativo se coloca como um possível diferencial nos discursos, ao interpretar e contextualizar a informação sob a perspectiva dos direitos das mulheres, como uma recusa ao consenso e luta pela ampliação de vozes na esfera pública.

O presente trabalho se propõe a analisar a cobertura eleitoral em 2020 tendo como foco o jornalismo alternativo feminista praticado pelos portais *Catarinas e Gênero e Número*. No período de 27 de setembro a 10 de dezembro, foram mapeadas 49 publicações, que a partir de diferentes formatos (entrevista, reportagem e, em menor número, opinião) tematizam a participação das mulheres na política e abordam a violência que enfrentam em meio a um campo assumidamente masculinizado. Ao longo do artigo, são apresentadas algumas reflexões sobre as condições desiguais de participação das mulheres no espaço público para em seguida discutir a atuação de portais feministas com vistas a visibilizar o protagonismo feminino e levantar o debate sobre pautas de interesse das mulheres durante a disputa eleitoral.

Desigualdades de gênero no campo político

Para pensar a temática é necessário refletir sobre o histórico e o cenário atual no qual se insere a participação feminina na política brasileira. As mulheres representam 51,6% da população⁵, segundo dados de 2018. O país possui 71 milhões de lares/domicílios e quase metade, 34,4 milhões, são chefiados financeiramente por mulheres⁶ e 56% das que sustentam a família não possuem cônjuge, ou seja, são mães solo. Além disso, as negras compõem a maior parte de mães que criam seus filhos sozinhas. As mulheres também são maioria da população em idade de trabalho, todavia, entre as pessoas ocupadas, verifica-se a predominância de trabalho formal entre os homens.

⁴ De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foram mapeadas 294 candidaturas de transexuais em 25 estados brasileiros em 2020. Foram eleitas 30 pessoas trans, o que representa um aumento de 275% em relação ao último pleito. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>.

⁵ Dados disponíveis em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres>.

⁶ Pesquisa disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html.

Elas formam 52.5% do eleitorado do país⁷, mas representaram apenas 33,6% das inscrições para concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais de 2020, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O país possui a lei de cotas que estabelece 30%⁸ de candidaturas para cada sexo nas eleições desde 1997, no entanto as mulheres conseguiram ultrapassar os 30% de candidaturas apenas em 2016 e o percentual de eleitas é ainda menor.

A luta das mulheres no campo da política é histórica. O direito ao voto foi uma das primeiras conquistas no sentido de ampliação da cidadania. No Brasil, o voto feminino foi permitido a partir de 1932, antes disso, cidadão ativo era considerado sinônimo de masculino (MARQUES, 2018). Essa conquista foi resultado de um longo processo de mobilizações e enfrentamentos e a imprensa teve um importante papel na defesa da causa. O jornal sufragista *A Família*⁹ promoveu campanha para o voto feminino desde o início da República em 1889. O jornal publicava assuntos que abordavam o divórcio, com uma posição contrária à autoridade masculina e responsável por dar mais consciência política às mulheres (DUARTE, 2016). As publicações sufragistas e feministas surgiram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, colocando em pauta o direito das mulheres à educação, à profissão e ao voto (MUZART, 2003) e ampliando o debate sobre a atuação das mulheres no espaço público. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres por meio da imprensa aponta para a existência de um “incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas” (PINTO, 2003, p. 33).

O ingresso das mulheres ocorreu de forma lenta e gradual ao longo do século XX. Com o voto conquistado e a garantia de candidaturas femininas, o direito de se eleger e de permanecer no cargo começa a ser pauta dos movimentos das mulheres na política. É possível observar essas iniciativas em sites como o *Im.pulsa*¹⁰, *Meu Voto Será Feminista*¹¹, *Mulheres Negras Decidem*¹², *Pane*¹³ e *Elas que Decidem*¹⁴. Esses sites cumprem uma função de informar e formar

⁷ Estatísticas sobre as eleições municipais de 2020. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.

⁸ Lei de cotas para mulheres nas candidaturas eleitorais disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm.

⁹ O jornal foi publicado pela professora Josephina Álvares de Azevedo desde 1888, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro (MARQUES, 2018).

¹⁰ Disponível em: <https://www.impulsa.voto/>.

¹¹ Disponível em: <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>.

¹² Disponível em: <https://mulheresnegrasdecidem.org/>.

¹³ Disponível em: <https://www.paneantirracista.org/>.

¹⁴ Disponível em: <https://www.elasquedecidem.com/>.

mulheres que estão ou pretendem entrar na política, assim como ajudar na conquista por votos.

Diante da sub-representação feminina na política, as cotas para cada sexo nas candidaturas ao pleito se apresentaram como um caminho para ampliar a presença das mulheres nas disputas eleitoras. Contudo, para cumprir a regra de 30% nas candidaturas femininas, os partidos registram mulheres que não recebem votos, as chamadas “candidaturas laranjas”. De acordo com estudo realizado no fim das eleições de 2018¹⁵, de todas as candidaturas de mulheres para a Câmara Federal daquele ano, 35% foram usadas para cumprir formalmente a lei de cotas. Nas eleições de 2020, as mulheres representam apenas 12% de prefeitas eleitas e 16% de vereadoras (TSE). Em um recorte de raça, estima-se que apenas 3% das mulheres que ocupam as prefeituras são negras¹⁶.

Azambuja (2014) diferencia a “igualdade formal” de “igualdade de fato”; a primeira inclui as mulheres somente de maneira institucional nos espaços, mas não consegue incluí-las na maneira prática nas instâncias de deliberação, pois “[...] a igualdade formal precisa aliar-se às políticas por igualdade de fato, que podem ser vistas como igualdade material, aliada a igualdade de oportunidades e a igualdade de presença” (2014, p. 112). Para a autora, a necessidade de observar na mídia a presença de mulheres que atuam na política vai além do quantitativo, é preciso também buscar “[...] o modo como se define essa presença, pois se observa que as mulheres, quando aparecem em coberturas jornalísticas, são representadas como atores sociais deslocados do campo político” (2014, p. 112).

Os partidos formam os principais obstáculos para o ingresso de mulheres na política representativa, eles são considerados os “*gatekeepers*” (BIROLI, 2018) que bloqueiam esse acesso. O Brasil é um dos países com menores índices de representação política¹⁷, com apenas 15% na Câmara dos Deputados, 13% no Senado e nas assembleias estaduais apenas 161 mulheres foram eleitas em 2020, o que também representa uma média de 15% do total de postos, contra a média mundial de 30%¹⁸. Vale ressaltar que a conquista da paridade

¹⁵ O estudo foi divulgado na reportagem publicada pelo portal de notícias BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>.

¹⁶ Pesquisa do Instituto Alziras sobre prefeitas (2016-2020) no Brasil disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>.

¹⁷ Informações disponíveis em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf.

¹⁸ Dados disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>.

de gênero na política já é uma realidade entre países como Bolívia, Argentina, Costa Rica e Cuba.

De acordo com a pesquisa “Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020” (INSTITUTO ALZIRAS, 2018), entre as principais dificuldades enfrentadas por mulheres na política estão: assédio; violência política por ser mulher; falta de recursos para campanha; violência simbólica; falta de espaço na mídia, em comparação com políticos homens; desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; falta de apoio do partido e/ou base aliada; sobrecarga de trabalho doméstico; e falta de apoio da família. A criminalização da violência política de gênero já assume caráter constitucional. Em 2021, foi sancionada a Lei 14.192¹⁹, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher nos espaços de atividades relacionadas ao exercício de seus direitos políticos e funções públicas. A lei altera o Código Eleitoral, a lei dos Partidos Políticos e a lei das Eleições. Ela também lembra o feminicídio político²⁰ da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, como um dos casos mais simbólicos de violência política de gênero.

Os estudos da área da Comunicação dedicados às relações entre gênero e política demonstram o tratamento desigual presente na cobertura de homens e mulheres em disputas eleitorais e espaços de poder. A reprodução de representações midiáticas baseadas em certos atributos hegemônicos associados ao masculino e ao feminino se traduz na construção de estereótipos de gênero que perpassam as relações afetivas, profissionais e políticas (BIROLI, 2011). Ou seja, as estruturas desiguais do poder, que conferem às mulheres um espaço reduzido em comparação com os homens no que se refere à participação política, compreendem também o campo da mídia.

Rayza Sarmiento (2018, p. 190), ao recuperar os estudos feministas sobre mídia e política, observa que “um argumento que atravessa todas essas pesquisas é quanto ao risco democrático incitado por essa cobertura, que obscurece as habilidades políticas das mulheres”. A autora se refere à tendência de que características físicas, relações pessoais, traços de personalidade, entre outros aspectos, ocupem espaço nas coberturas

¹⁹ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm.

²⁰ Renata Souza (2020) formula o conceito de feminicídio político para caracterizar, nominar e classificar a execução da vereadora Marielle Franco, ao analisar o contexto político e social de Marielle trazendo a interseccionalidade da mulher negra, feminista, de favela, LGBT e em ascensão política.

eleitorais. Segundo Sarmento, as mulheres aparecem antes como mulheres e depois como políticas, tratamento que não se revela em candidaturas masculinas.

A pesquisa de Fernanda Ferreira Mota e Flávia Biroli (2014) sobre as eleições presidenciais de 2010, que tiveram como candidatas(as) principais Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT); José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Marina Silva, do Partido Verde (PV), revela desigualdades e sobretudo preconceitos baseados em concepções convencionais de gênero. As distinções entre política e vida privada e aspectos acerca da apresentação das candidatas e do candidato estruturam os discursos nos espaços midiáticos investigados (Jornal Nacional e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral). Segundo as autoras (MOTA, BIROLI, 2014, p. 212), “as diferenças mais marcantes aparecem quando questões relativas a personalidade/comportamento, vida privada e corpo/aparência das candidatas/os são abordadas desigualmente, consideradas um fator político relevante para as candidatas, ao mesmo tempo em que para os candidatos não o seriam”.

Outras pesquisas sobre representações de gênero na política evidenciaram abordagens semelhantes, com ênfase na vida privada, no papel da maternidade e no valor da imagem sustentada em determinado padrão de feminino, que procuram enquadrar o lugar das mulheres na política. Neste âmbito, análises sobre a candidatura, o governo e posteriormente o impeachment de Dilma Rouseff (FRANÇA, CORRÊA, 2012; VIZEU, LEMOS, 2014; AMORIM, 2021) ocupam lugar de destaque e contribuem para atestar o tratamento misógino presente na cobertura de diferentes veículos.

O cenário apresentado no presente estudo mostra a necessidade de o jornalismo reconhecer e cobrir pautas que evidenciam a complexidade da inserção e permanência de mulheres na política. Considera-se que a mídia contribui na reprodução das representações de gênero e do papel social de homens e mulheres, assim como impacta na produção de preferências políticas. Para Oliveira (2011), ela decide quais são as vozes que participam da esfera pública, assim como exclui as consideradas ilegítimas para a formação do discurso. O jornalismo alternativo se coloca como um possível diferencial nos discursos, ao interpretar e contextualizar a informação sob a perspectiva dos direitos das mulheres.

Portais feministas na construção do jornalismo alternativo

Sabe-se que a esfera pública é um espaço de disputas que se constitui de forma desigual (BIROLLI, MIGUEL, 2013). A mídia, à medida que faz circular discursos em torno da política, participa do processo de construção de representações, posicionando a disputa a partir de certos interesses. Afinal, se existem condições diferenciadas de acesso ao campo da política (BOURDIEU, 2011), pode-se dizer que cabe às mulheres um lugar desfavorável para “jogar o jogo”, em razão do espaço pouco privilegiado que ocupam nos partidos e na mídia. Trata-se de compreender, na análise de Bourdieu (2011, p. 197), “as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”.

Para contrapor discursos que legitimam as lógicas hegemônicas do campo político, é preciso olhar para outros cenários midiáticos, de modo a identificar rupturas e tensões. É nesse sentido que uma das funções do jornalismo alternativo se situa na ampliação de vozes na esfera pública (OLIVEIRA, 2011). Por definição, um meio alternativo deve se apresentar como porta-voz dos movimentos sociais e prezar pela independência política e econômica (SERRANO, 2011), além de defender princípios coletivos. Para Oliveira (2011, p. 62), “[...] o discurso da mídia alternativa é metademocrático pois constrói um espaço onde a própria democracia conceitualmente é refletida e discutida”.

Silva (2010) insere o jornalismo nesse papel emancipatório, ao contribuir para a construção da realidade através de notícias. Mesmo com seu “duplo” caráter de também responder a interesses comerciais, os valores da profissão e seus procedimentos éticos devem prevalecer, do contrário, o jornalismo seria somente uma ferramenta de alienação. Nesse sentido, o autor levanta o papel dialógico e dialético da notícia como um propulsor do debate crítico e do conflito e é nessa apropriação coletiva que se encontra o valor social da notícia. A hipótese do autor é de que a produção jornalística poderia funcionar como uma práxis de transformação da realidade. Ao agregar “utilidade pública; interesse público, e serviço público”, a notícia poderia ter um valor de agregação coletiva, num sentido revolucionário (SILVA, 2010. p. 18). No intercâmbio de informações, a coletividade, organizações e associações oferecem respostas à instituição jornalística, na apreensão crítica daquilo que é ofertado pelos meios.

Na visão de Fonseca (2011), a democracia só é considerada efetiva se diversos interesses puderem se manifestar na esfera pública; a mídia,

enquanto ferramenta nesse processo, deveria abrir espaço para todos os tipos de vozes. Ela é considerada uma forma de poder, porque possui grande influência nas agendas públicas, governamentais, intermediando relações e influência na opinião pública (FONSECA, 2011), além de participar da esfera pública como prestadora de serviço. O autor também aponta o privilégio político que a mídia exerce, garantindo a possibilidade de adquirir poder e tudo que fica de fora assume marginalidade política. Garcia (2007) pontua que a reflexão sobre o papel da mídia deve tomar como ponto de partida o fato incontestável de que ela é sinônimo e porta-voz do poder econômico. “Portanto o que nós chamamos de comunicação de massa, em geral, não passa de agências de vendas de produtos e de ideologias rasteiras para sustentar e justificar negócios milionários” (GARCIA, 2007. p. 14). A autora também coloca a relação da mulher com a mídia, que tem interesses opostos ao da plena emancipação feminina, “[...] um discurso que consagra o papel subalterno que a mulher deve cumprir na sociedade e a sua condição de suposta inferioridade congênita” (GARCIA, 2007. p. 11).

No que se refere à mídia alternativa feminista, é importante colocar em evidência seu comprometimento com a inserção de pautas relativas aos direitos das mulheres, de fontes que visibilizam as vozes femininas e de perspectivas contra-hegemônicas, que oferecem elementos diferenciados na compreensão da realidade social. Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade. Assim, as práticas de portais feministas que compreendem a pesquisa se configuram como expressões de resistência que, ao sustentarem projetos políticos coletivos, aproximam o ideal de transformação das desigualdades de gênero ao terreno das práticas cotidianas.

Os dois portais analisados se caracterizam como alternativos e realizam o que se denomina de jornalismo com perspectiva de gênero. O *Catarinas* atua como um portal de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos existente desde 2016. De acordo com a própria linha editorial do site: “Buscamos articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma estratégia potencializadora na busca de objetivos transformadores”²¹. O portal tem uma cobertura mais local e regional, de Florianópolis e municípios

²¹ Trecho da linha editorial do *Portal Catarinas* disponível em: <https://catarinas.info/linha-editorial/>.

da região de Santa Catarina e isso pode ser evidenciado nos resultados apresentados a seguir.

Já o *Gênero e Número*, que também foi criado em 2016, busca abordar questões de gênero e raça a partir de dados. O enfoque do portal é fazer uma cobertura mais nacional, com reportagens investigativas e análise de dados: “Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero e raça precisa melhorar, onde diversos dados importantes e urgentes sobre desigualdades podem e devem ser comunicados”²².

Nas palavras de Burch (2009, p. 16), “la comunicación con enfoque de género es una comunicación que contribuye a superar la desigualdad y los desequilibrios de poder entre hombres y mujeres en la sociedad”. Ao assumirem uma perspectiva feminista e trabalharem o enfoque de gênero de forma transversal aos conteúdos, os portais feministas possibilitam refletir e promover o debate sobre as mulheres na política a partir de referenciais que contrastam com a hegemonia dos campos político e midiático. Garcez (2020) aponta que apesar da diversidade de projetos, o compromisso com a vida das mulheres e a busca por direitos são características transversais a todo jornalismo feito por e para mulheres. O jornalismo alternativo feminista presente no contexto brasileiro atua para reforçar a legitimidade, dar voz para questões das mulheres e inserir diversos debates na esfera pública. É importante colocar em evidência o comprometimento com a inserção de pautas relativas aos direitos das mulheres, de fontes que visibilizam as vozes femininas e de perspectivas contra-hegemônicas, que oferecem elementos diferenciados na compreensão da realidade social.

Portanto, é na busca por respeito e igualdade que os portais alternativos jornalísticos feministas ou com enfoque em gênero aparecem, como práticas posicionadas, fortemente relacionadas com os movimentos sociais e a luta contra-hegemônica. Também são práticas que possuem teorias e reflexões próprias. A internet tem se colocado como um espaço que traz essas disputas, tensões e enfrentamento da hegemonia. É pelo tratamento na mídia e pelas condições impostas no trabalho que, segundo Dieminger (2016), a rede informacional foi sendo tecida, formando-se inclusive ciberativismos, ativismos digitais ou online, que correspondem, basicamente, a ações políticas espontâneas, resultantes da troca de saberes, no ou através do meio virtual.

²² Trecho da página institucional do site *Gênero e Número*. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>.

Desse modo, a internet como um potencial amplificador, após os anos 1990, garantiu um movimento de apropriação das tecnologias pelas mulheres, comunicadoras e jornalistas, que vão entender esse espaço como necessário para estabelecer suas lutas. Mesmo que exista uma tentativa de inserção nos grandes meios, o que acontece é um desenvolvimento cada vez maior de espaços próprios para circulação de informações, no surgimento de blogs, *newsletters* e portais jornalísticos. É um processo de expansão indicado pelo surgimento de diversas iniciativas na internet que servem como canalizadoras desses ativismos.

Procedimentos de análise dos portais feministas

Os dados apresentados neste artigo foram coletados a partir das reportagens publicadas pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número* durante as eleições de 2020. O tempo de coleta foi pensado a partir do início da campanha eleitoral de 2020²³, no dia 27 de setembro, e o fim das eleições no segundo turno, no dia 29 de novembro. Como a cobertura jornalística geralmente ocupa os dias após as eleições para informar sobre os candidatos eleitos, previsões para o próximo ano e reportagens mais interpretativas, isso também foi considerado pelo trabalho, portanto, o período de coleta foi estendido para o dia 10 de dezembro.

Como a interface dos dois sites são diferentes, assim como a distribuição das publicações em editorias ou não, o levantamento foi feito por caminhos distintos. No portal *Catarinas* foi necessário entrar na indicação “Notícias” e voltar às páginas até a data de início de coleta indicada acima. Vale ressaltar que não é possível verificar as datas das publicações sem abrir a página específica de cada matéria, então foi preciso abrir uma por uma. Outra ressalva é que o portal fez uma cobertura especial sobre as eleições de 2020, com início no dia 2 de novembro; é possível encontrar essas matérias na parte de busca do site, mas a presente coleta considera as publicações desde setembro, então foi necessário também recuperar as produções anteriores.

Para esta análise, foram selecionadas todas as publicações que de alguma maneira se aproximavam com a temática das eleições 2020, através da leitura dos títulos. Em alguns casos, como na reportagem “Históricas: a força das

²³ Calendário eleitoral de 2020 divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral>.

mulheres que abriram caminhos na política brasileira²⁴, que não deixa claro se trata do período eleitoral ou não, foi feita a leitura da reportagem antes de selecioná-la para a coleta. Outro exemplo está na publicação: “Somos sementes²⁵”, um artigo opinativo de relato/ manifesto de Cirene Candido (PT) até então vereadora suplente 2021/ 2024. No total da coleta, foram identificadas 26 reportagens que trataram sobre a temática das eleições 2020.

No site *Gênero e Número* a organização das reportagens é feita por editorias, coberturas especiais e/ou formatos das publicações, não por datas, também não é possível identificar todas as publicações agrupadas em uma seção no site. Para encontrar as matérias analisadas, foi necessário entrar na indicação “Eleições 2020: acompanhe nossa cobertura baseada em dados e diversidade”²⁶ para localizar as publicações sobre a temática. Na página, é possível encontrar reportagens sobre eleições desde o dia 20 de agosto de 2020. No total, foram identificadas 27 publicações na seção indicada, porém quatro delas foram publicadas antes da data de início da coleta (27 de setembro) e por isso foram desconsideradas.²⁷ Com isso, foram selecionadas 23 reportagens do *Gênero e Número* que tratam da temática eleições 2020 durante o período indicado.

A partir do levantamento, foi possível compor um panorama geral sobre a caracterização dos portais na cobertura das eleições. De início, já é perceptível a semelhança entre os dois veículos de informação no número de publicações sobre as eleições em 2020. O método escolhido é a Análise de Conteúdo (AC), que contribuiu para uma sistematização das frequências ou regularidades presentes nos portais. Para Herscovitz (2007), a AC é uma técnica útil para a pesquisa em jornalismo para entender sobre a produção e a recepção das notícias, além de perceber padrões culturais e a lógica das organizações embutidas nas mensagens. A autora também traz o paradigma de Lasswell (1927) para tentar formular as questões centrais da análise de conteúdo: “o

²⁴ A reportagem traz um histórico de candidaturas femininas no Brasil, violências e lutas a partir da história de quatro mulheres que são ou já foram representantes políticas. Reportagem disponível em: <https://catarinas.info/historicas-a-forca-das-mulheres-que-abriram-caminhos-na-politica-brasileira/>.

²⁵ Reportagem disponível em: <https://catarinas.info/somos-sementes/>.

²⁶ Página do portal *Gênero e Número* com as reportagens da cobertura especial sobre as eleições de 2020. Disponível em: <http://generonumero.media/eleicoes2020/>.

²⁷ São elas: “Anote este nome: Carla Ayres, pré-candidata em Florianópolis, quer impulsionar pautas progressistas em polo bolsonarista”, publicada no dia 20 de agosto de 2020; e “Anote este nome: Monica Benício, pré-candidata no Rio de Janeiro, uma voz para além de Marielle Franco”, postada no dia 3 de setembro de 2020; “Anote este nome: Vivi Reis, candidata a vereadora em Belém, defende a presença de mais mulheres negras e LGBTs+ na política” e “Candidatas com ensino superior aumentaram em 157% entre 2000 e 2016, mas não foram eleitas nem para 10% das prefeituras” do dia 17 de setembro.

que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito?” (HERSCOVITZ, 2007. p. 127). Essas perguntas também foram pensadas para estabelecer as categorias de análise e cruzadas com perspectivas de um jornalismo feminista para uma caracterização da cobertura dos veículos sobre o tema da política.

Primeiramente, foram estabelecidos alguns parâmetros para facilitar a esquematização das reportagens, como data de publicação, título e link de acesso. Outras categorias também foram utilizadas como formato, tema geral, classificação em editoriais, autoria, contexto (local, regional ou nacional), se cita mulheres candidatas, outros personagens políticos e partidos e se o tema violência política contra as mulheres aparece²⁸.

Em termos metodológicos, portanto, a análise esteve orientada em especificidades da produção jornalística com perspectiva de gênero (CHAER, SANTORO, 2007; CIMAC, 2009), que consideram aspectos como a abordagem das pautas, o equilíbrio entre homens e mulheres como fontes e o tratamento dos temas. Os resultados principais são apresentados a seguir e contemplam a presença de candidaturas femininas, cobertura da violência política de gênero e temas predominantes nos portais *Catarinas* e *Gênero e Número*.

A cobertura jornalística com enfoque de gênero sobre política

A partir do levantamento, foi possível perceber o equilíbrio entre o número de reportagens sobre eleições publicadas pelos portais *Catarinas* e *Gênero e Número* durante o período estabelecido. Os dois veículos também destinaram uma cobertura específica para as eleições, com o objetivo de trazer principalmente candidatas mulheres com pautas feministas e problematizar as dificuldades que mulheres e mulheres negras enfrentam ao tentar entrar no espaço político.

Entrevistas com mulheres candidatas como um formato especial na cobertura aparecem nos dois veículos de informação. No *Gênero e Número* foram 7 (30%) reportagens que tinham o objetivo de trazer para as leitoras e leitores o conhecimento de candidatas mulheres, pautas de campanha, histórico de luta dentro de movimentos sociais, dificuldades etc. No portal *Catarinas*, 9 (34%) tinham o mesmo formato e objetivo. Vale ressaltar que a

²⁸ Vale ressaltar que a coleta parte de uma ideia mais ampla de caracterização das reportagens publicadas pelos dois portais que não foi totalmente utilizada para a elaboração deste artigo e por isso também considera partidos, outros personagens políticos citados etc.

cobertura do primeiro site começou em agosto com as entrevistas, já o segundo inicia o especial no dia 2 de novembro de 2020.

Além da preocupação em destinar um espaço para divulgar as candidatas, os veículos frequentemente as citam como fontes dos acontecimentos mencionados nas reportagens. Por isso, o número de vezes em que candidatas foram citadas nas reportagens dos dois veículos é maior do que o de homens, como mostra o gráfico 1:

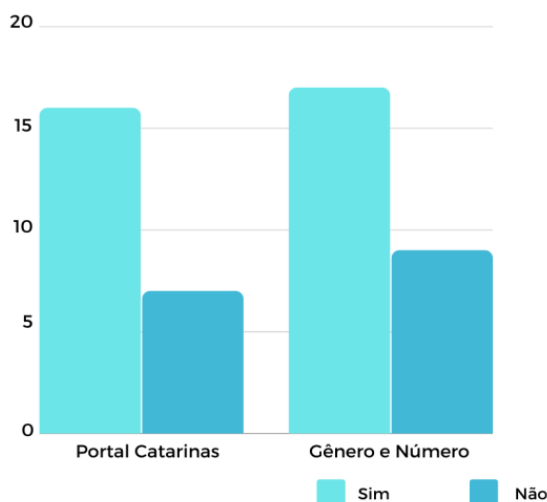


Gráfico 1: Frequência de citações de candidatas nos portais (SILVA & WOITOWCZ, 2021).

Houve também a preocupação dos dois portais em problematizar a violência política de gênero sofrida por mulheres candidatas durante a campanha nas eleições de 2020. Como mostra a reportagem do *Gênero e Número*: “Em Recife e Porto Alegre, resultados das eleições espelham força de oligarquias e violência política contra mulheres”²⁹. Também a publicada pelo *Portal Catarinas*: “Em Santa Catarina, 61% das candidatas dizem já ter sofrido violência política de gênero”³⁰. A frequência da temática pode ser vista no gráfico abaixo:

²⁹ Reportagem disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/marilia-arraes-e-manuela-davila/>.

³⁰ Reportagem disponível em: <https://catarininas.info/em-santa-catarina-61-das-candidatas-dizem-ja-terem-sofrido-violencia-politica-de-genero/>.

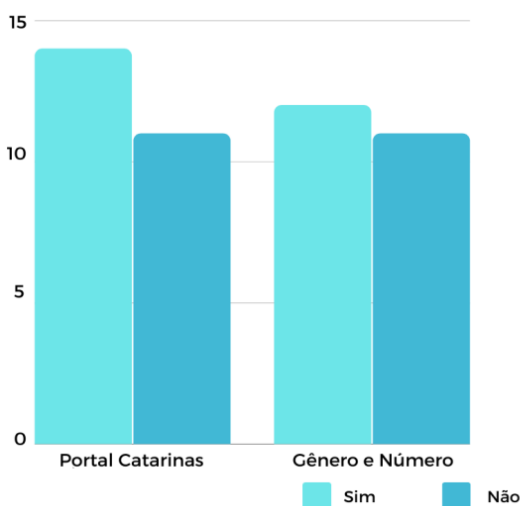


Gráfico 2: Presença do tema da violência política de gênero nos portais (SILVA & WOITOWICZ, 2021).

De acordo com Matos (2021), a Violência Política Contra as Mulheres ou Violência Política de Gênero é pouco reconhecida pela população em geral e pelos políticos, mas vem sendo praticada há muito tempo. “Enquanto forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar [...]” (MATOS, 2021, p. 211). A preocupação dos veículos em problematizar essa questão, principalmente num cenário de campanha política online e aumento de *fake news*, fica evidente quando mais da metade das publicações nos dois portais citam o tema.

Os formatos que aparecem nas publicações são distintos entre os dois sites, assim como a autoria dos textos. No *Gênero e Número* a produção se concentra entre reportagens investigativas (15) e entrevistas (7), todas com autoria da própria redação. Já o *Portal Catarinas* apresenta formatos mais variados, com entrevistas (9), reportagens (12) e opinião (4), além de uma publicação com caráter de depoimento. Vale ressaltar que o site publica conteúdos de outros veículos, campanhas e organizações, por isso a colaboração da Campanha Meu Voto Será Feminista³¹ aparece na cobertura política do *Catarinas*, a exemplo da publicação: “Um mês para apertar o verde a uma feminista”³². Sendo assim, 17 matérias são de autoria própria e nove contribuições.

³¹ Site da campanha disponível em: [https://www.meuvotoserafeminista.com.br/..](https://www.meuvotoserafeminista.com.br/)

³² Publicação do Portal Catarinas disponível em: [https://catarinas.info/um-mes-para-apertar-o-verde-a-uma-feminista/.](https://catarinas.info/um-mes-para-apertar-o-verde-a-uma-feminista/)

Outra diferença está no contexto em que as publicações se enquadram. No *Gênero e Número* todas as publicações têm enfoque nacional; mesmo nas entrevistas com candidatas, o veículo ainda contextualiza de forma mais abrangente. Isso também se deve ao objetivo do portal como veículo informativo de dados, com reportagens que são mais investigativas, análises comparativas, uso de recursos gráficos e infográficos interativos. O *Portal Catarinas* varia a cobertura entre o local (10), publicações que tratam apenas de Florianópolis - SC, regional (3), as que abrangem mais municípios do estado Santa Catarina, e nacional (13).

Uma das principais características dos dois veículos está nos temas que predominam na cobertura. Para essa identificação foi necessário classificar as publicações e observar as frequências. Deste modo, a nuvem de palavras abaixo ilustra quais são as temáticas que mais aparecem. Para melhor leitura, destaca-se que quanto maior for a palavra ou frase na nuvem, mais frequente ela está entre as temáticas.

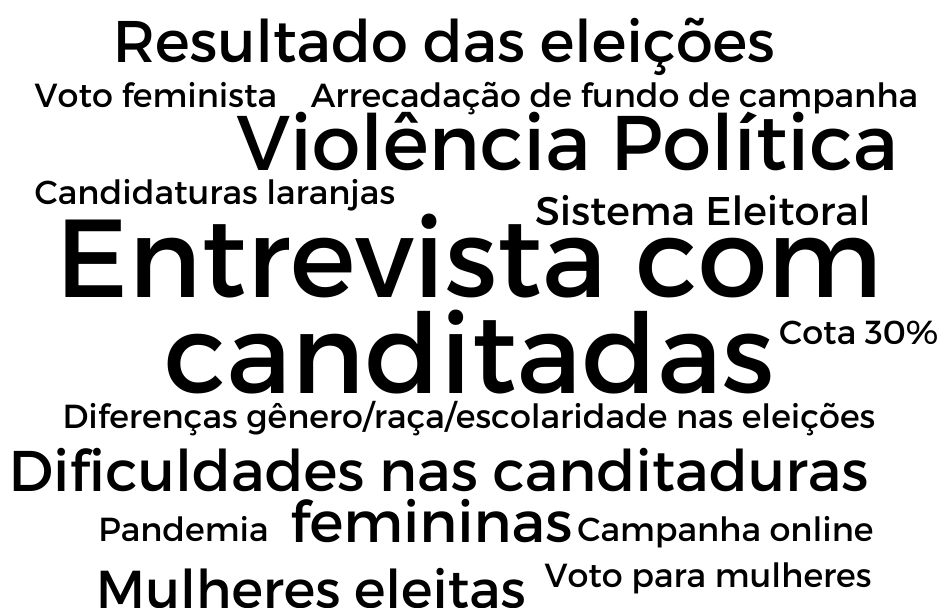


Figura 1: Temas que predominam na cobertura das eleições 2020 nos portais (SILVA & WOITOWICZ, 2021).

Como citado anteriormente, a entrevista com candidatas aparece nos dois portais e com maior frequência entre as temáticas. Violência política também foi uma preocupação, principalmente depois do resultado do primeiro turno das eleições, com relatos de candidatas durante as campanhas e denúncias. Os temas voto feminista, voto para mulheres e arrecadação de fundo de campanha aparece somente no *Portal Catarinas*, em matérias colaborativas e de cunho opinativo. O *Gênero e Número*, por trabalhar com reportagens investigativas, trouxe dados de desigualdade entre mulheres brancas e negras nas prefeituras do país, além da paridade de gênero e de raça na eleição de vereadoras, candidaturas laranjas, não cumprimento dos partidos na cota de 30% e nível de escolaridade das candidatas, que é maior em comparação com candidatos homens, mas isso não é garantia de elegibilidade para elas. As dificuldades nas candidaturas, campanha online e pandemia aparecem de forma similar nos dois veículos em reportagens específicas, mas também em relatos das candidatas durante as entrevistas. Trazer quais foram as mulheres eleitas e os resultados das eleições numa perspectiva local, no caso do *Catarinas*, e nacional no *Gênero e Número*, também marcou a cobertura sobre as eleições dos portais.

Por fim, outro aspecto analisado são as duas reportagens investigativas produzidas em conjunto com outros portais e que aparecem entre as publicações dos dois veículos aqui analisados. Como exemplo: “Exclusivo: na reta final das eleições teve um caso de violência política a cada três horas”, título de reportagem publicada no *Portal Catarinas* no dia 20 de novembro, e “Na reta final do primeiro turno das eleições mulheres foram vítimas de violência política a cada dois dias³³”, publicada no *Gênero e Número* no dia 24 de novembro. A reportagem fez parte do projeto Violência nas Eleições, que foi realizado por uma equipe de jornalistas de nove veículos.

Considerações finais

Neste artigo, foram observadas as particularidades da cobertura jornalística política nos portais feministas *Catarinas* e *Gênero e Número*. Ao todo, foram

³³ Reportagem disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-violencia-eleicoes/>.

analisadas 49 reportagens durante o período de 27 de setembro a 10 de dezembro. O foco da reflexão foi caracterizar como esses dois veículos buscaram pautar e visibilizar as mulheres nas eleições de 2020. Durante a apresentação dos dados, fica clara a missão dos portais em evidenciar a presença de candidaturas femininas e a preocupação em trazer à tona casos de violência política de gênero, assim como problematizar as desigualdades que existem na participação das mulheres no campo da política.

Pelo modo como os referidos portais trataram a pauta da política no período eleitoral, percebe-se os fundamentos da prática do jornalismo com perspectiva de gênero, em que o protagonismo das mulheres, a defesa de uma perspectiva feminista no tratamento dos temas e a reflexão sobre os limites da presença e da atuação das mulheres no campo político recebem uma abordagem contextualizada e problematizadora, assumindo, portanto, um viés alternativo em relação à cobertura episódica que costuma marcar as disputas eleitorais.

Os resultados revelam a contribuição do jornalismo ao inserir as candidaturas de mulheres como pauta na esfera pública. Também mostram as dificuldades, a violência simbólica e estrutural que é perpetuada nesse espaço, que muitas vezes chega ao ponto de se tornar material, como foi possível observar nas reportagens exemplificadas neste trabalho. Pode-se dizer, portanto, que o jornalismo alternativo feminista representado pelos dois portais atua na defesa e ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação e o tensionamento sobre as barreiras que promovem desigualdades na política e em todas as esferas da sociedade.

Bibliografia

AMORIM, Tatiana Regina Gomes de. **A cobertura do Correio Braziliense sobre os governos Dilma Rousseff: discriminação, deslegitimação e misoginia**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ANDERSON, C.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. In: **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abril/maio/junho 2013.

AZAMBUJA, Kátia Carolina Meurer. **Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18441/1/2014_KatiaCarolinaMeurerAzambuja.pdf.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, jul./dez. 2011, pp. 71-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, núm. 81, fev. 2013, p. 77-95. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10725598006.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6274/5133>.

BURCH, Sally. Comunicación, organización y género. **Elas tienen la palabra**. Área Mujeres ALAI – Materiales para la formación 1. Quito: ALAI, 2009.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CIMAC. **Hacia la construcción de un periodismo no sexista**. Edición Comunicación e Información de la Mujer. Ciudad de México: CIMAC, 2009.

DIEMINGER, Carlise Clerici. **A efetividade dos cyberfeminismos em combate ao assédio sexual por meio da análise de casos**. Santa Maria/RS, 2016.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 41-69, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>.

FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura. Dilma Rousseff: Transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidencial. In: FAUSTO NETO, Antônio; MOUCHON, Jean; VERÓN, Eliseo. **Transformações de midiatização presidencial**: corpos, relatos, negociações, resistências. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2012.

GARCIA, Maria Cecília. A amarga relação da mulher com os meios de comunicação de massa. In: **Gênero, mídia e sociedade**. Organização: Angela Schaum, Esmeralda Rizzo, Maria A. M. Pascal e Rosana M. P. B. Schwartz. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.

HERSCOVITZ, H.G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil**: mandato 2017-2020. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil**. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições, Câmara, 2018.

MATOS, Marlise. A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: D'ÁVILA, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós**: Relatos da violência política de gênero no Brasil. 1.ed. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, n. 43, jul./dez. 2014. pp. 197-231. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/FpvVX8NYtKskCgGYFXwD5MN/abstract/?lang=pt>.

MUZART, Zahidé Lupinacci. "Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX". **Revista Estudos Feministas**, Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo y Pensamiento**, v. 30, n.58, Jan./Jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48232011000100004.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 87, v. 3, 2018, pp. 181-202. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/463/441>.

SERRANO, Pascual. **El periodismo es noticia**: Tendencias sobre comunicación en el siglo XXI. Quito: CIESPAL, 2011.

SILVA, Luis Martins da. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, R. (org.). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã: Labcom Books; Universidade da Beira Interior, 2010.

SOUZA, Renata. Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 6(2), 2020, pág. 119–133. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.42037>.

VIZEU, Alfredo; LEMOS, Lis Carolinne. Dilma Rousseff: jornalismo e aborto nas eleições presidenciais de 2010. **Sessões do Imaginário**, v. 19, n. 31, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/famecos/article/view/19213>.

Recebido em: 10-09-2022

Aceito em: 10-11-2022